



DL-01

Ses. Esp. 25/04/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Dança, dança em perspectiva, políticas culturais e educacionais na Bahia, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido, para compor a Mesa, a nossa amiga Lúcia Mattos do Fórum de Dança da Bahia (palmas); o nosso ex-ministro da Cultura, querido companheiro que muito orgulhou este estado quando ali passou, pois foi um dos maiores incentivadores da dança neste estado, Juca Ferreira (palmas); a Sr^a Anely Franklin, diretora-geral da Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funceb (palmas); o Sr. Fernando Guerreiro presidente da Fundação Gregório de Matos, representando, aqui, neste ato, representando o secretário municipal de Cultura e Turismo, Guilherme Bellintani. (Palmas)

Ainda para compor a Mesa, convido a Sr^a Dulce Aquino, pró-reitora de Assuntos Estudantis da UFBA (palmas); o Sr. Matias Santiago, coordenador de dança da Funceb (muitas palmas); a Sr^a Clara Trigo, representante do Fórum Nacional de Dança da Bahia, e coordenadora do Colegiado de Dança da Bahia (muitas palmas).

Registro a presença do deputado Aderbal Caldas. E, agora, como de praxe, convido o deputado Aderbal Fulco Caldas para ocupar a Presidência da Mesa, a fim de que eu possa utilizar a tribuna para fazer o meu pronunciamento. (Palmas)

(O Sr. Aderbal Fulco Caldas assoma à Presidência da Mesa.)



5294-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Marcelino Galo

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, proponente desta sessão especial.

O Sr. MARCELINO GALO:- Bom-dia a todos e a todas. Saúdo os dançarinos, as dançarinas, os estudantes que nos honram com a sua participação (palmas). Gostaria de dizer que, com muita honra e muito orgulho, recebermos vocês. Na verdade, esta foi uma abertura formal de praxe. Mas esta é a sessão mais longa que se realizou nesta Casa, pois ela se iniciou no dia 22 de abril e vai até o dia 29, enchendo todos os espaços de vida, dança, discursos diferentes, porque, aqui, se faz o discurso da retórica que nem sempre é verdadeiro. Mas a dança, com o seu discurso corporal e transparente, talvez, seja muito mais difícil se mentir.

Aqui é a Casa das Leis. Aqui se faz política. Aqui, neste momento, vamos discutir com todos os que estão na Mesa e com vocês sobre a importância de ter mais políticas públicas que incentivem este tipo de atividade, uma das mais importantes no nosso País, pois este é o estado em que se dança.

Então, é preciso oferecer outras possibilidades, não só aquela dança que aparece no carnaval, que é importante, é cultura também, mas oferecer aquilo que é possível, oferecer o *ballet*, a dança de salão, outras possibilidades de dança, de cultura para o nosso povo.

E isso é uma obrigação do estado fazer, ou seja, fazer com que existam leis para este fim. É a responsabilidade desta Casa. É preciso que a Secretaria da Educação, que a Secretaria da Cultura incentivem uma atividade como essa.

Então, hoje aqui faremos um debate, uma discussão, mas também homenagearemos e entregaremos uma placa ao nosso ex-ministro Juca Ferreira, que foi um



dos primeiros ministros, depois de Gilberto Gil. E foram justamente esses dois baianos que mais incentivaram a criação de condições para termos políticas voltadas para a dança.

Portanto, quero agradecer em nome de todos os baianos, em nome desta Casa e quero dizer ao companheiro Juca Ferreira que nos orgulhou muito o período em que passou como ministro.(Palmas)

Quero agradecer também a esta mulher extraordinária, Bete Wagner, que sem ela não seria possível a realização dessa sessão. Essa companheira militante do meio ambiente, militante do ambiente inteiro, da cultura e que foi Vice-Prefeita de Salvador, que sofreu muito, porque foi numa época triste do nosso Estado , foi perseguida pelo modelo que prevalecia aqui na Bahia e hoje continua firme na sua militância.

Muito obrigado, Bete, por seu trabalho, pois sem ele não seria possível realizar essa sessão com vocês aqui.

Digo que sem dúvida nenhuma foi a sessão mais bela que tivemos.

No anfiteatro que foi inaugurado recentemente, eu passava por ali, via aquele espaço e pensava: temos que ver um jeito de enchê-lo.

Então, essa sessão nos deu a oportunidade de enchermos com uma das coisas mais belas que é essa atividade cultural, que é a dança e ali dançaram crianças desde dois anos até pessoas de 80 anos, verdadeiro encontro de gerações, de culturas, encontro racial.

Ali havia um grupo internacional com africanos, americanos, franceses e até gente do Pacífico. Então, nesse tempo que se prega o ódio, a intolerância, vocês estão vendo aí, que se dá uma demonstração de pluralidade, democracia racial, de tolerância. Essa é a parte fundamental desse Estado e isso temos que preservar. A esses que aparecem hoje aí pregando ódio tem o nosso repúdio.

Então, Viva a Bahia e Viva a Dança da Bahia.(palmas)

Agora, sem querer tomar muito o tempo de vocês, é necessário que leiamos aqui políticas que foram discutidas com o nosso companheiro do Fórum, que é preciso que fique gravada e que vocês tenham conhecimento e a partir desse documento é que vamos decidir sobre o governo e sobre o estado para que ele trabalhe ao nosso favor.



Quero colocar opara vocês que: (Lê) *“A Dança e uma das mais antigas atividades culturais da espécie humana estando na base de sua civilização. É também a Dança, a segunda maior atividade cultural praticada pela população brasileira, segundo o censo cultural do IBGE, 2004. Fica atrás apenas do artesanato. Essa razão já seria suficiente para ter uma maior atenção do Poder Público.*

Entretanto, se olharmos o amplo espectro da extensa malha da cultura brasileira, isso ainda se amplia. Encontramos Dança em inúmeras e diferentes tessituras dessa malha. A Dança está nas representações populares, carregando memória, mestiçagem, múltiplas corporeidades, celebrações, rituais. Também robusta na religiosidade tem uma forte expressão nas religiões afro-brasileiras e ameríndias, nos círculos sagrados das Danças circulares, entre outras manifestações. Socialmente o ambiente da Dança se expande: da valsa ao samba, das raves ao pagode, às danças de rua, a Dança está em cada movimento das inúmeras tribos contemporâneas e em seus rituais sociais.

No campo da Arte, a Dança Cênica se instaura no Brasil, nos anos 20, do século XX, com o balé e, se expande, a partir dos anos 30 com a Dança Moderna, e, a seguir, já nos anos 60, com as Danças afro-brasileiras, as reproduções de bases americanas como o Jazz, o sapateado, o bale moderno, o movimento pós-moderno, e mais recentemente, com os experimentos contemporâneos, performances, instalações, e dialogias entre outras linguagens artísticas e outras áreas de conhecimento, e em inúmeras replicações que a singularidade presente na diversidade característica do povo brasileiro, apresenta com nuances e matizes próprias e relevantes, nessa grande malha cultural.

Precisarmos ressaltar a relação de reciprocidade que todo esse panorama cultural estabelece com processos educativos, com a Educação, na transmissão e processos de replicação da cultura. Nas culturas de tradição, por exemplo, a Dança é transmitida, de geração em geração, incorporando novas configurações sociais, tecnológicas, econômicas, através de sistematizações educativas com estruturas orais e/ou representativas, significando um amplo espectro de inovações e singularidade, originais de cada grupo sociocultural. As Danças Teatrais só ganham corpo no Brasil com as escolas de balés, a



partir de 1927, e se afirmam com a atuação nas academias de dança focadas no ensino livre, especialmente do Balé, cursos profissionalizantes, cursos de graduação e mais recentemente os de Pós-graduação.

A Bahia, em 1957, foi pioneira no Brasil criando o primeiro curso de graduação em Dança, numa perspectiva inovadora dentro do sistema universitário e da Dança Teatral existente. Numa iniciativa do Reitor Edgard Santos da então Universidade da Bahia, foi criado o curso inspirado em parâmetros da modernidade artística, um movimento contemporâneo da arte na época. A situação de pioneirismo permaneceu até os anos 80 quando se deu a criação de novos cursos de graduação em dança em outros Estados do Brasil. Essa situação de pioneirismo de novo se instaura, recentemente, em 2006 com a criação pela Escola de Dança da UFBA do primeiro mestrado em Dança do país.

Nos anos 80 a Bahia também cria o primeiro curso profissionalizante do Nordeste com a Escola de Dança da Funceb que, desde então, vem desenvolvendo um trabalho voltado para a formação e qualificação profissional contínua.

A Dança no contexto do ensino público Estadual, nos anos 70, teve forte expressividade através de grupos que emergiram de Escolas como Severino Viera e Teixeira de Freitas. A Bahia também foi pioneira em incluir a Dança no currículo do ensino básico da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Atualmente esta Secretaria criou recentemente os cursos de Licenciatura em Dança na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

No âmbito da Secretaria de Educação do Estado da Bahia a Dança ainda se insere no currículo regular do Ensino Básico e na Educação de Tempo Integral através do Programa Mais Educação.

Num processo, de avanço das Políticas Públicas para a Cultura, iniciado há nove anos, na gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira e por um movimento da sociedade civil que clamava por uma política Pública que reconhecesse a importância da Dança como área de conhecimento autônoma e em suas especificidades, foi estabelecida uma nova trajetória na qual a dança pode reunir seus pares, refletir criticamente sobre seu



campo e propor caminhos para o desenvolvimento desse importante segmento cultural. Esse caminho foi deflagrado por um desejo de democracia ampla no campo da gestão cultural federal e por uma significativa atuação da sociedade, através do Fórum Nacional de Dança articulado com Fóruns e outros movimentos locais.

Deve-se ressaltar que a possibilidade do reconhecimento da dança como área autônoma no contexto das políticas Públicas, esta diretamente relacionada aos parâmetros que orientavam essa gestão, incluindo a promoção da diversidade concomitantemente a política universalista, possibilitando maior visibilidade a grupos que lutam para se afirmar simbolicamente e mitigando preconceitos; a importância da cultura como direito fundamental e necessidade básica da população; e a adoção de um conceito ampliado de cultura, de modo a encará-la como ponto estratégico para o desenvolvimento do país. Some-se a isso o estabelecimento de um processo significativo e contínuo de diálogo com a sociedade brasileira para elaboração de dados, recomendações, reformulações, criação de leis e mecanismos de fomentos, entre outros processos. A criação do Sistema Nacional de Cultura, em implantação nesse momento no Brasil, foi resultado dessa gestão inovadora e persistente.

O Sistema Nacional de Cultura pretende descentralizar e organizar o desenvolvimento cultural do país, para garantir a continuidade das ações, mesmo com a alternância dos governos e estimular o desenvolvimento humano, social e econômico, através de projetos culturais. A implementação desse sistema integra o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343 em vigor desde o dia 2 de dezembro de 2010, que estabelecem diretrizes e ações de incentivo à cultura no país, através de programas de capacitação profissional, incentivo à produção artística e ampliação do acesso da população à cultura. Sua operacionalidade prevê a implantação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura.

Dentre as principais metas do Plano Nacional da Dança destaca-se o fomento à gestão, difusão, pesquisa, criação e memória. Esses temas são fundamentais para ampliação das políticas culturais para a dança. Essas metas dialogam com a gestão



estadual a partir do momento que impulsionam a cadeia produtiva da Dança, ampliando a formação em um estado com 417 municípios, faz-se urgente uma atenção a essa realidade. A valorização dos profissionais de Dança é um outro assunto relevante estando na pauta de movimentos da área.

Na Bahia, na gestão Jaques Wagner, os Secretários de Cultura Márcio Meireles e Albino Rubim, trabalham seriamente para implantação do Sistema Estadual de Cultura. A política de interiorização da Dança no Estado, bem como uma melhor distribuição dos recursos e do calendário de promoção e fomento da arte são necessários e deve ser construída com a participação do colegiado setorial da Dança e a sociedade civil organizada.

Pensar as ações da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia que integrem os espaços de controle social e ampliem os direitos e o reconhecimento das práticas culturais o que o Estado vem buscando. Através da reforma administrativa, recentemente em vigor, o Estado estabelece organograma e procedimentos administrativos alinhados ao Sistema em implantação. Nesse momento dá-se a implantação do Conselho Estadual de Cultura, onde o segmento da Dança esta presente através de um colegiado específico, e a elaboração de um Plano Estadual de Cultura. Os editais são importantes mecanismo de fomento. Mas parece necessário ampliar esse horizonte com novos mecanismos e um dialogo sobre economia e indústria criativas em sentido amplo, pautado no principio da diversidade e bens simbólicos.”

Este documento vai ser transcrito, ele é do Fórum da Dança da Bahia, e nós vamos ouvir agora os convidados que fazem parte da Mesa e promover um debate.

Um abraço a vocês, viva a dança e vamos continuar. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5295-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Lúcia Matos

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Vemos que a dança nos traz, como disse o deputado Marcelino Galo, pessoas de todos os continentes, até do Pacífico. A dança é alegria, é cultura, é festa e é pacífica. (Palmas)

Com a palavra a Sr^a Lúcia Matos, do Fórum de Dança da Bahia. (Palmas)

A Sr^a LÚCIA MATOS:- Bom-dia a todos. Na pessoa do deputado Marcelino Galo, saúdo os demais membros da Mesa. E gostaria de fazer uma saudação especial ao ex-ministro da Cultura e atual secretário de Cultura do município de São Paulo, Juca Ferreira, nosso homenageado neste dia.

Colegas da dança, em especial Suki Villas Boas e Fátima Suarez, que são membros do Fórum e foram as articuladoras desta sessão especial, (palmas) em nome do Fórum de Dança da Bahia agradeço por esta Casa Legislativa incluir em sua pauta de atividades, pela primeira vez, uma ação referente ao marco do Mês da Dança.

(Lê) “O Fórum de Dança da Bahia é uma organização da sociedade civil que, desde 2001, atua como uma rede social de profissionais, instituições, educadores, pesquisadores e estudantes de Dança da Bahia, tendo como um de seus objetivos discutir a implantação e efetivação de políticas públicas para a Dança, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Este Fórum surgiu em decorrência da necessidade da articulação nacional da classe, quando, no ano 2000, instaurou-se uma polêmica envolvendo os profissionais de dança e parte dos profissionais da Educação Física. O Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, compreendia, de forma equivocada, que lhe caberia fiscalizar 'o exercício profissional em qualquer intervenção profissional relativa às atividades físicas' e, na acepção daquele Conselho, dança é entendida apenas como uma atividade física, ignorando suas especificidades como fazer artístico.



Se por um lado a classe sentiu-se ameaçada por esse Conselho, por outro acabou propiciando uma articulação histórica nacional entre os profissionais da dança, lançando uma campanha nacional denominada Dança é Arte, que fez com que nós construíssemos diferentes processos articulatórios de mobilização social, que resultaram na constituição de redes de dança que, como movimento social, com suas tensividades, congruências e discordâncias, se espalhou pelo Brasil e em cada local encontrou formas para nos movermos juntos.

Nessa perspectiva, em 2001 essa malha nacional se estrutura como Fórum Nacional de Dança, que 2 anos depois se torna uma associação, e surgem fóruns regionais, sem caráter partidário e muitos deles sem sequer se constituírem como pessoa jurídica, mas passam a ser reconhecidos por instâncias governamentais como representações da classe de dança.

Esses fóruns, reunidos, conseguiram apoio de deputados estaduais e federais e vereadores nas diferentes instâncias em que se instalaram debates sobre o tema: Dança/Educação Física.

No âmbito nacional conseguimos a aprovação de um projeto de lei, iniciado pelo deputado Fleury e reformulado pela deputada Alice Portugal,...” – que até hoje é a grande companheira da dança – “(...) que determina que os profissionais de dança e de outras áreas, como capoeira e artes marciais, não estejam sujeitos à fiscalização dos Conselhos de Educação Física.

A nossa luta da Dança contra as arbitrariedades do CONFEF ainda segue por outras vias, mas a classe continua atenta.

Os profissionais da dança, ao darem conta de sua visibilidade e força política enquanto coletivo, começam a ampliar as ações dos fóruns, entrando em pauta de discussão as políticas culturais e educacionais para a área. Através de suas redes, começam a ter uma ação mais efetiva a partir de 2004 na formulação das políticas culturais para a área e reivindicam assentos nos espaços de representação da sociedade civil apontados pelo governo federal para a criação do Sistema Nacional de Cultura, ação essa que passa a ter



reflexos diretos nas políticas estaduais. Vale ressaltar que a implantação da Câmara Setorial de Dança, e não uma Câmara de Artes Cênicas, só foi possível graças à sensibilidade do então secretário executivo do MINC, Juca Ferreira, que compreendeu que nossas performances e discursos inflamados apresentados no Seminário Cultura para Todos, em todo o Brasil, reivindicando a Câmara Setorial de Dança, não era apenas um capricho dos artistas da Dança para a visibilidade da área, mas, sim, uma independência necessária para o seu desenvolvimento, para o desvelamento das especificidades da sua cadeia produtiva e, sobretudo, a compreensão da dança como uma área de conhecimento. Como consequência dessa ação, hoje, temos um Plano Setorial de Dança, estruturado para ações a serem desenvolvidas ao longo de 10 anos, mas que ainda, infelizmente, não foi, de fato, implantado.

No âmbito do Estado da Bahia, também conseguimos avanços. Na primeira gestão do governador Jaques Wagner, além da estruturação de uma Secretaria de Cultura, tivemos a inserção de uma Diretoria de Dança na Funceb,...” – hoje, Coordenação de Dança – “...o que gerou avanços, principalmente com a estruturação do Programa Pró-Dança Bahia, o qual foi construído em parceria com a sociedade civil e com a destinação de recursos orçamentários – entre 2007 e 2009 – exclusivos para a área. Em 2012, começou o processo de instauração dos Colegiados Setoriais, incluindo o de Dança, na estrutura do Sistema Estadual de Cultura, mas esse espaço de consulta só terá sentido se houver uma reforma no Conselho Estadual, tornando-se este um espaço deliberativo e que em sua composição possa ser bipartite, com a sociedade civil ocupando representações nas diferentes áreas da Cultura e das Artes, através do voto direto de seus representantes.

Hoje, entretanto, quando nos debruçamos sobre o tema desta sessão – Dança em perspectiva: Políticas Culturais e Educacionais na Bahia, percebemos que ainda vivenciamos as oscilações das políticas de governo, com avanços e retrocessos. Compreendemos políticas culturais na acepção de Canclini (2001) como atos de intervenção (CANCLINI, 2001), que não estão mais apenas centralizados no Estado, mas esta também é construída com a ação direta de grupos sociais e instituições, os quais acionam dispositivos que ressaltam o



confronto de ideias, lutas institucionais e relações de poder. Em um modelo participativo e incluyente, a democracia deve ser entendida como 'uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade' (SANTOS e AVRITZER, 2003, P. 28), e, como coloca Boaventura de Souza Santos, 'a proposta do novo senso comum na dimensão política é a repolitização global da vida coletiva, o que implica que os espaços de ação política vão além do Estado e que a democracia deve ser participativa'.

Para que as políticas culturais de Dança possam dialogar com os diferentes posicionamentos dos seus fazedores, com as expectativas da sociedade em geral e das instâncias governamentais, precisamos cada vez mais encontrar espaços para discutirmos e encontrarmos o comum. Pensar nesse comum significa, também, compreender que as políticas públicas para a Dança vão além do financiamento da cultura e dos editais, necessitam de programas e ações estruturantes para cada área artística, que gerem liberdade de escolhas (e não sejam simplesmente direcionadas pelo Estado), oportunidade sociais e econômicas, e que compreendam a diversidade dos modos de organização e de produção da Dança. Não dá mais para os artistas terem que enfrentar o viés reducionista e burocrático dos editais.”

Que, por enquanto, é um dos instrumentos, mas esses editais, de certa forma, empurram os artistas para produções que estou, aqui, chamando de *fast-cult*, em analogia ao *fast-food*.

(Lê) “Defendemos a democratização do acesso aos recursos, a transparência dos processos e uma maior agilidade dessa máquina de estrutura medieval que é a máquina pública brasileira. Sabemos que o Estado não tem como ser o único fomentador da cultura e da Arte, mas pode ser um grande articulador para a busca de colaborações e de formas sustentáveis para o desenvolvimento das Artes. Falta ainda, no plano das políticas culturais de nosso Estado, e do Brasil, uma visão desenvolvimentista para a Dança, não focada apenas no produto, mas tendo um foco no desenvolvimento daqueles que produzem a arte e a cultura brasileira.



Hoje, em plena Semana de Mobilização Nacional dos Professores em prol da aprovação do Plano Nacional de Educação e do piso salarial nacional, não poderia, como pesquisadora e professora da UFBA e educadora que atuou durante mais de 16 anos na rede estadual de ensino, deixar de sinalizar a frágil situação da Dança nas escolas. Entre os anos 70 e 80, a inserção do ensino da Dança nas escolas estaduais da Bahia foi considerada como modelo para o resto do Brasil, pois havia concurso específico, para os licenciados e a dança se fazia presente nas escolas. Infelizmente esse cenário mudou. Mesmo com a LDB de 96 tendo apontado que o ensino da Arte a composto pelo ensino de suas linguagens específicas — Dança, Teatro, Música e Artes Visuais — ainda encontramos no âmbito da gestão da SEC e de diretores de escolas, urna visão polivalente do ensino da Arte, não possibilitando aos poucos professores de Dança que atuam na rede estadual de atuarem especialmente em sua área de formação e de propiciarem aos jovens o direito de acesso ao conhecimento da Dança. Isso se dá também em decorrência de visões antigas sobre o que é Dança, normalmente focada apenas na reprodução de movimentos, sem compreender que a dança é também uma ação cognitiva do corpo. Além disso, a Dança normalmente é direcionada para as atividades complementares e vista como menor valia na estrutura dos currículos.”

E temos que tomar muito cuidado com muitos projetos, como o *Mais Educação*, que tem uma intenção de ampliar a carga horária, que é uma das metas da educação nacional, mas que o *Mais Educação* pode se tornar menos conhecimento com a inserção de tantas pessoas sem a menor condição de estar ensinando arte. (Palmas).

(Lê) “Se vários estudos e documentos oficiais como da UNESCO, apontam o ensino da Arte como propulsor da educação do século XXI, por que os gestores governamentais e de nossas escolas ainda renegam esse conhecimento?”

Concordo com o sociólogo Boaventura de Souza Santos, que vivemos na contemporaneidade um momento de levantamento de questões fortes, mas com respostas fracas. Considero que necessitamos exercitar a busca por respostas fortes, mas esta só conseguirá ser mais potente se for construída em espaços de agenciamento entre sociedade e governo, que busquem o comum. Em relação as políticas culturais e educacionais estaduais



para a Dança, apesar dos avanços obtidos, ainda é visível a fragilidade desse processo participativo, o que faz com que nós, como sociedade civil, fiquemos em “estado de prontidão” para solicitar do governo a garantia da permanência do que foi conquistado e reivindicar espaços de construção conjunta das políticas culturais.

Que neste Dia Comemorativo ao Dia Internacional da Dança, que é um dos 365 dias que para nós artistas e docentes que produzimos, pesquisamos, ensinamos e compreendemos a dança como uma ação política cotidiana; que este dia seja um marco para esta Casa Legislativa, e que a Dança e suas políticas culturais e educacionais possam ser mais profunda e amplamente debatidas neste ambiente, com a participação da sociedade civil.”

Obrigada.(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5296-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Dulce Aquino

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradecer as palavras da professora e aqui registrar algumas presenças importantes neste Plenário. A Sr^a Coordenadora de Arte, Cássia Cardoso, representando o secretário municipal de Educação, João Carlos Bacelar, aproveitando para convidá-la para esta Mesa; a companheira Fátima Fróes, presidente da Fundação Pedro Calmon, que aqui esteve, mas não pode continuar; nosso companheiro Marcelo Moacir, coordenador do Projeto Trampolim (palmas); Fátima Suarez, diretora da Escola Contemporânea de Dança (palmas), que também nos presenteou com um belo espetáculo, ela própria dançando também; Beth Rangel, diretora da Escola de Dança da Fundação Cultural e professora da UFBA.; alunos da Escola de Dança da Funceb (palmas); Rose Lima, diretora artística do Teatro Castro Alves.(palmas).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Dando prosseguimento a nossa atividade, convido a professora Dulce Aquino, também do Fórum Nacional de Dança, representante da diretora da Escola de Dança Leda Muhana e pró-reitora também de assuntos dos estudantes da UFBA. Por favor, professora.

A Sr^a DULCE AQUINO:- Bom-dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado Marcelino Galo, um especial abraço ao meu amigo Juca. Quero cumprimentar os dançarinos e os coreógrafos que se apresentaram antes. Este é um belo trabalho. Através dele, a gente vê a riqueza, a diversidade, o potencial que tem a Bahia na dança. Com um tempinho pequeno de dança, uma variedade enorme e a qualidade dessas pessoas.

Agradeço o trabalho de Suki e Fátima Suarez pela liderança competente e essa continuidade. (Palmas!) Quero cumprimentar Lúcia Matos por essa síntese que fez de toda uma ação e das propostas que foram feitas aqui. Cumprimento a todos.



Juca, eu tinha uma viagem para fazer hoje, um encontro com alguns profissionais, um trabalho sério. Mas mudei tudo na hora em que fui convidada para vir a esta Mesa. Quando soube que você era o homenageado, suspendi tudo. Era fundamental este momento de eu dar o testemunho. Acho que não preciso falar das políticas, das necessidades. Há lideranças como Lúcia, Matias, Suki.

Quero falar do meu testemunho, porque as meninas têm razão, os meninos, os *gays*, as lésbicas, quem queira que tenha tido a ideia de fazer esta homenagem a Juca. Todos eles têm razão de fazê-la. Quero dizer o que testemunhei da contribuição de Juca. Em 2003, estávamos em plena ebulição - com o que Lúcia colocou muito - de nos defendermos da ameaça do Conselho Federal de Educação Física.

Esta luta é desde 2000. A Bahia foi fundamental nela, pois ganhou o Fórum Nacional de Dança. Criamos o Dia D da Dança. Virou aqui na Casa pela primeira vez essa coisa, que já também avançou na prefeitura. Já é a quarta sessão especial que temos, na prefeitura, no Dia da Dança. Esse Dia da Dança que foi inicialmente chamado Dia D da Dança e criado na Escola de Dança em 2000. Estávamos em plena efervescência para nos defendermos das ameaças do Confef.

Mas, em 2003, há esta mudança extraordinária no País no governo Lula, com uma nova proposta. E o Ministério da Cultura vai às várias capitais e apresenta um novo modelo, uma nova possibilidade de organização da construção de políticas públicas. Aí, tivemos naquele ano a notícia da criação de câmaras setoriais e de que haveria uma Câmara de Artes Cênicas.

E com a mesma ameaça do Confef, de controle, nós tínhamos de reduzir a dança apenas a uma ação de teatro. Lutamos nesse momento. Vimos ser necessária a nossa autonomia. Sempre tive um trabalho. Somos atividades que acontecem cenicamente, o espaço cênico está aí. Mas é uma questão apenas do espaço, e não uma questão epistemológica.

Lutamos ainda neste momento. E entendemos que naquele era preciso haver a Câmara Setorial de Dança, senão não iríamos a lugar nenhum. Até então, desde 1970, no



governo militar, quando se criou essa história de artes cênicas, os editais eram dentro dos editais de editais de artes cênicas. E como o teatro tem um número enorme de pessoas apresentando propostas, nunca a dança conseguia apoio do governo por causa disso.

Nós não tínhamos políticas voltadas para a linguagem da dança. Não que ela seja melhor ou pior do que o teatro. É que somos diferentes na forma de fazer. Até podemos agir de outro modo, como nos unimos à música, às artes plásticas, ao teatro, a qualquer linguagem, mas tínhamos as nossas próprias necessidades, a nossa própria forma de organização, as nossas metodologias de trabalho. Enfim, um espaço todo e a nossa tradição como linguagem artística. Precisávamos disso.

Então acompanhamos. Tive a oportunidade de estar em São Paulo em 2003, quando o secretário executivo do ministério iria apresentar no Centro Cultural da América Latina o novo modelo para o ministério. Eu estava na reunião do Centro de Estudos de Dança da Prof. Helena Katz, na PUC, fomos, todos os dançarinos, levar um manifesto. Naquele momento, houve uma reação enorme dos assessores do secretário executivo do ministério dizendo que era uma questão categórica. As Artes Cênicas eram uma categoria, não podíamos ter uma linguagem própria, uma espaço próprio para a dança. Fizemos um manifesto com Gilsamara lendo e todos os dançarinos em volta. E o secretário executivo viu aquele monte de dançarinos atrás de Gilsamara para mostrar que era o coletivo necessitando, era a dança necessitando de espaço.

Em Brasília, Rosa Coimbra, uma colega nossa do Fórum Nacional de Dança, também fez um movimento para defender esse princípio. E, finalmente, tivemos um encontro na Bahia onde aquilo que Gilsamara – olhem a persistência, a insistência – falou lá em São Paulo, Lúcia Matos leu aqui na Bahia com um monte de dançarinos atrás. Nesse dia foi o golpe final. O secretário executivo saiu, virou para a equipe e disse: As meninas têm razão. Por isso eu disse no início: todos têm razão em fazer essa homenagem ao nosso querido Juca (Palmas). Ele disse: As meninas têm razão. Ângela veio me dizer: Olha, Juca saiu dizendo: As meninas têm razão. Com esse “As meninas têm razão” avançamos. Mas ainda não tanto, porque quando vieram chamar para organizar Rosa Andrade disse:



Resolvemos. Vamos ter uma câmara setorial de Artes Cênicas com duas sub-câmaras: Dança e Teatro. Aí nós ameaçamos sair do processo. Ninguém da Dança vai comparecer, não haverá, nós não estaremos. Depois, não, está certo, a gente faz. O secretário mandou fazer Câmara de Dança, que se reuniu na Escola de Dança, e a Câmara de Teatro que se reuniu no Teatro Vila Velha.

Isso foi definitivo e foi fantástico porque, a partir do “As meninas têm razão”, nós tivemos a Câmara Setorial de Dança que, por dois anos, fez um trabalho extraordinário. O resultado é um calhamaço que todo mundo precisa ler porque aponta caminhos, é fundamental para as políticas na área da dança neste País.

Quando muda o ministro, quando muda o governo, muda toda a política. E mesmo sendo o mesmo secretário naquele momento, o mesmo ministro, com a mesma política, por dois anos tivemos dificuldade para continuar o trabalho da Câmara. Mas, finalmente, criou-se o Conselho Nacional de Políticas Culturais e aí, sim, a dança, que já havia conquistado a Câmara Setorial, virou Colégio Setorial, teve então um lugar na Mesa, no Conselho Nacional de Políticas Culturais e um desdobramento enorme com essa presença.

Participamos também da Conferência Nacional de Políticas. Tudo isso, gente, na construção do fantástico ministro Juca Ferreira (Palmas). Poder construir o texto da Conferência Nacional é fantástico, é algo que você vai lendo e diz assim: é randômico. Às vezes fala de uma coisa, não é o meu pensamento, mas, de repente, me vejo ali numa determinada indicação de coisas. Já vou acabar. Conseguimos o plano nacional de cultura, conseguimos, finalmente, o sistema nacional de cultura, isso tudo na indicação, na orientação de Juca. Mas infelizmente a sociedade não está preparada, precisamos lutar para que essas políticas, para que essas conquistas continuem. Não podemos ficar só dizendo amém ao que o governo do momento esteja fazendo. Precisamos avançar e pensar, realmente, políticas de estado, porque isso Juca ensinou para a gente. Precisamos de políticas de estado e, não, políticas de governo.

Pois bem, Juca, você fez a diferença, você configurou essa possibilidade de um novo futuro para a política no país. E as meninas, os meninos, todos, gays, lésbicas, todos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

que tenham pensado nessa homenagem a você, todos têm razão e um grande abraço a todos eles.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



5297-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Matias Santiago

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado à professora Dulce.

Registrar a presença de José Virgílio Leal, presidente do Espaço Mais Cultura Arte no Dique, em Santos, São Paulo; Pedro França diretor da Academia Baiana de Dança de Salão, ABDS; Cláudio Mascarenhas, diretor do Germen; Escola Social de Portão, Sra. Lulu Pugliese; Escola Parque Liga Baiana de B.Boys e B.Girls; Instituto Social da Bahia; Ballet Marília Nascimento; Ballet Teresa Cintra; Academia de Dança Adalgisa Bonfim; Ballet Rosana Abubakir; Ballet do Teatro Castro Alves; Mônica Maria, coordenadora dos centros interdisciplinares, Cenint, e a professora Cleninha.

Muito obrigado a todos vocês. Vamos continuar nossa atividade e vamos pedir mais um pouco de rigor no tempo, porque precisamos fazer uma homenagem a Juca com todo mundo aqui presente.

Vamos convidar agora o nosso companheiro Matias Santiago que vai falar em nome da Fundação Cultural do Estado da Bahia e também da coordenação de dança da Funceb. (Palmas)

O Sr. MATIAS SANTIAGO:- Bom-dia a todos. Depois dessas aulas que tivemos aqui das minhas professoras queridas Dulce Aquino e Lúcia Matos, queria, em nome da Fundação Cultural do Estado e em nome da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, agradecer o convite do deputado Marcelino Galo e repetir, na verdade, o que já foi dito aqui, a importância dessa celebração nesta Casa. É mais uma conquista de todo um processo de luta que a dança vem travando durante muito tempo. Participei de quase todo esse processo. Fui aluno da escola da Fundação Cultural do Estado, fui do primeiro curso técnico em dança e, hoje, estou ocupando esse cargo de coordenação de dança. Com uma responsabilidade enorme e com uma certeza de que aquele menino que entrou na escola está aqui ainda com toda essa história.



Lúcia Matos foi minha professora na escola, hoje sou graduando na Universidade Federal. O que quero trazer para vocês é, na verdade, para compreendermos a importância da participação nesse processo, porque só assim construímos uma representatividade. Temos grandes representantes da dança, o Estado da Bahia tem grandes representantes da dança, mas precisamos validar essa representação. E só validamos a representação com a participação. Só validamos a história dessas mulheres, dessas meninas, com a participação. Aí estamos validando todo o histórico, e isso é muito importante.

Dança é celebração, a natureza da dança é celebração. A dança surge quando queremos celebrar; ela não é só no dia 29; ela não é só no mês da dança; ela não é só no mês de abril. Eu entendo isso, agora, muito mais. Na Coordenação de Dança, tenho de pensar o dia inteiro na dança. Eu sempre pensei o ano inteiro na dança e a gente pensa o ano inteiro na dança.

Então, fica aqui a provocação da gente ampliar e estender esta reflexão. Tudo isso dito agora tem de ser repetido todos os dias do ano, porque isso é importante, é a história da dança. Lúcia leu a sua carta aqui. O discurso dela, na verdade, é uma aula de todo nosso processo. Isso tem de ser repetido todos os dias para quem começa a fazer dança, para quem já está fazendo há bastante tempo, para quem já esqueceu deste processo. A gente precisa validar a história. E a história é importante.

Portanto, quanto à ideia de se pensar numa reflexão, a gente só pode planejar se a gente refletir sobre o que passou, refletir sobre o que está acontecendo atualmente para a gente tentar construir. E é este o caminho que a Fundação Cultural, a Coordenação de Dança e a Secretaria de Cultura têm encaminhado, ou seja, no sentido de construir, juntamente, com a sociedade civil, pensar de que forma. Quanto a esta oportunidade que temos, eu acredito que seja a única, porque, em 41 anos de vida, nunca presenciei um gestor público chamar a sociedade civil para conversar sobre o seu setor e propor políticas públicas para o seu setor.

É a primeira vez que a gente está vendo isso. Acho que não estamos aproveitando. Acho que a gente tem que aproveitar mais, precisa aproveitar mais e garantir isso. Pensar em políticas de estado e não políticas de governo é uma meta que a gente está desenvolvendo e



que a gente está conseguindo realizar. A gente tem uma lei orgânica do estado. A gente tem uma lei orgânica da cultura. A gente tem um colegiado setorial das artes já instituído.

Então isso tudo é avanço. Isso tudo é construção e construção feita do poder público com a sociedade civil. Nós realizamos 12 encontros, no ano passado, para a construção desse colegiado, não só de Salvador, mas do estado inteiro.

Temos representação do Fórum de Dança. Temos representação da Liga Baiana de B-Boys e B-Girls. Temos representação do Balé do Teatro Castro Alves, do Centro de Formação em Artes da Escola de Dança. Temos os seis macroterritórios do estado. Temos representantes de todos os polos de dança do estado da Bahia, representados no colegiado. Temos Clara Trigo, nossa presidente que, sem dúvida nenhuma, assim como eu, faz parte desse histórico todo. Estivemos juntos em todas as reuniões e em todas as discussões. Se eu não estivesse aqui, estaria, com certeza, no Colegiado Setorial de Dança. E, com certeza, Clara Trigo estaria aqui na coordenação.

Porque, tem tanto trabalho que a gente faz junto. E este diálogo permanece. A gente continua tentando estabelecer a conexão entre o poder público e a sociedade civil, nesse momento, que considero que é o momento.

Então, além desses 12 encontros que realizamos no estado, para construção do colegiado setorial de dança, já realizamos duas reuniões ordinárias. Vamos realizar mais uma extraordinária no dia 02 de maio. Para a próxima, eu convido todos os presentes a participar. Todas as reuniões são abertas. Existe um trabalho com muito afinco da Coordenação de Dança, da Fundação Cultural do Estado e da Secretaria de Cultura do Estado em promover esta construção.

Agora, é como a professora Dulce falou, precisamos da sociedade civil, pronta, lendo o discurso da Lúcia todos os dias, para entender a importância disso. É emocionante vermos uma Casa cheia de pessoas interessadas em dança, celebrando e homenageando a participação política de um homem que conseguiu empreender tudo em que a gente acreditava e dar continuidade a isso.



A partir de hoje, acho que deveremos dar continuidade a isso, pois este é o momento. Devemos continuar celebrando, porque a dança é celebração sim, mas ela é celebração 365 dias do ano, uma vez que o artista de dança precisa viver os 365 dias do ano. Não é só a celebração do dia 29 de abril, não é só o Dia D da Dança. Esse D é enorme, nesse D cabe um monte de coisas. (Palmas) Não é só um dia que se vai resolver isso.

Deixo, aqui, o convite para a próxima reunião. Digo que, sim, estamos construindo. Já temos uma política de estado instituída aí. Precisamos avançar. Agora, precisamos avançar como a professora Lúcia disse: com a sociedade civil. Quanto à participação conjunta da sociedade civil, isso é determinante para que, no próximo ano, estejamos aqui nesta Casa e em outras celebrando mais um ano da dança.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigado, Sr. Matias.

(Não foi revisto pelo orador.)



5298-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Clara Trigo

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero avisar que as fotos e as imagens desta bela atividade como também quem quiser compartilhar e/ou curtir estarão no *Face* de Marcelino Galo.

Antes, gostaria de dar outro aviso, pois estamos trabalhando para a construção da Frente Parlamentar Mista da Cultura que, certamente, terá um grupo de trabalho da dança. Então gostaria de contar com a participação de todos vocês, porque é possível, além de parlamentares, a sociedade civil organizada e todos os grupos.

Quero registrar a presença da deputada Maria Luiza Laudano (palmas); o Departamento de Comunicação Social da PM Bahia, subtenente Josué Santana da Paz. Muito obrigado pelas presenças.

Passo a palavra para a nossa companheira Clara Trigo do Colegiado de Dança da Bahia.

A Sr^a CLARA TRIGO:- Bom-dia. Não estou muito habituada com formalidades, mas me sinto muito honrada em dividir esta Mesa com pessoas tão ilustres para a dança na Bahia e para a cultura no País. É uma honra falar, também, para uma plateia de colegas e artistas daqui.

Estou como representante do Colegiado Setorial de Dança na Bahia que é uma instância consultiva eleita democraticamente e é integrante do Sistema Estadual de Cultura recém-implantado, seguindo as normas da Lei Orgânica de Cultura também recente.

Esta instância é consultiva, mas provavelmente terá um acento no Conselho Estadual de Cultura que é a instância deliberativa. Isso ainda está fazendo parte de uma batalha com o novo regimento que está sendo instaurado no conselho.

O colegiado tem, dentre outras missões, estabelecer o Plano Setorial, o plano para a dança no Estado. Este plano vai pautar as políticas para a dança. Temos a felicidade de não



começar do zero, estamos herdando um plano muito bem feito a partir de muita escuta e experiência que é o plano nacional que tem a participação importantíssima da Bahia na sua construção.

E a minha sensação é a de que o importante, neste momento, é informar que o Colegiado de Dança é uma instância eleita e é o espaço que faz essa intermediação entre a sociedade e governo, um dos espaços porque são muitos. É um espaço representativo e que precisa ser validado. Esta validação acontecerá tanto pela participação de todos da dança quanto pela interlocução constante com o Executivo e o Legislativo.

Então, como dito aqui, é um marco muito importante estarmos aqui. Eu entendo que este é um compromisso desta Casa de interlocução constante, porque nada vai sair do papel se a gente não puder contar com essa Frente Parlamentar de Apoio à Dança e à Cultura que regule, batalhe e efetive os planos e as políticas que serão pensadas pelo setor e para o setor.

Então eu não tenho muito mais a dizer. O sistema de cultura não pode funcionar sem orçamento. Precisamos que a Bahia dê o exemplo e vincule pelo menos 1,5% de seu orçamento para a cultura e, assim, conseguiremos realizar. (Palmas)

(Não foi revisto pelo oradora.)



5299-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Juca Ferreira

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Gostaria de registrar as presenças de Tina Leiro, diretora da Escola de Dança, Arte e Cultura Galega e Espanhola. Muito obrigado pela presença.

Quero dizer-lhes que esta é a sessão especial mais longa da Assembleia Legislativa. Iniciou-se no dia 22 e continuará até o dia 29, com espetáculos de vários grupos de dança no anfiteatro, o dia todo. Estão convidados.

Inicia-se agora o momento, talvez, mais importante desta sessão. Convido Suki Villas Boas e Fátima Suarez para prestarmos uma homenagem a este importante baiano, ex-ministro da Cultura e atual secretário de Cultura da cidade de São Paulo, lá com o nosso companheiro Haddad, um dos melhores quadros da política brasileira e do Partido dos Trabalhadores, que tem feito um belo trabalho. Também estamos exportando baianos para todo o Brasil. (Palmas)

A Sr^a Suki Villas Boas:- Bem, é importante frisar a importância de presença de Juca nesta homenagem, da qual Dulce falou muito bem. Acho que este é um momento de afirmação política da dança; o Fórum de Dança luta por isso desde 2001, mais ou menos, quando começou essa movimentação.

Realmente, a dança ter sua câmara setorial e se configurar agora enquanto colegiados, porque também estamos tendo a oportunidade de garantir esse espaço, e em termos nacionais nós temos um assento no Conselho Nacional. E estamos caminhando para tal no Estado, como Clara falou. Mas isso só foi possível por conta do apoio de Juca. Então, esta homenagem é preciosa, pois é mais do que de direito.

(Lê) Juca, “desfazer o normal há de ser uma norma, diz o poeta Manoel de Barros. Nosso reconhecimento a sua significativa e inovadora atuação na luta pela cultura, como



ponto estratégico para o desenvolvimento do Brasil, e ao apoio à dança em suas especificidades e autonomia. Saudações dancísticas!”

Fórum de Dança da Bahia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra, agora, o homenageado, Juca Ferreira.

O Sr. JUCA FERREIRA:- Bom-dia a todos e a todas presentes.

Saúdo o deputado Marcelino Galo, autor da proposição desta sessão especial; todos os parlamentares presentes; representantes das instituições culturais de Salvador e da Bahia aqui presentes; dançarinos, dançarinas, coreógrafos; José Virgílio, baiano, mas que dirige uma instituição de cultura popular importante na Cidade de Santos; e o representante da Polícia Militar.

Já falei muitas vezes aqui, neste Plenário, mas sempre defendendo questões sociais e políticas, porque é difícil separar essas duas dimensões. Mas ser homenageado dá uma sensação diferente. Esta homenagem se deve à generosidade das meninas da dança. Há muito tempo, os que defendiam a dança eram só meninas. Por isso, no dia em que me referi às meninas – mas é evidente que é um campo bastante generoso e vasto – todos estavam representados na ação.

O discurso sempre foi muito lúcido, porque, às vezes, o discurso corporativo e a defesa de um segmento se chocam com uma lucidez mais global como se aquilo encerrasse o mundo inteiro. Quanto às meninas da dança, não, pois elas diziam uma coisa muito clara: “Nós somos uma arte cênica. O teatro tem a sua importância. O circo tem a sua importância. Mas a dança precisa ser tratada em sua singularidade para que ela, de fato, se desenvolva e possa ter uma relação positiva com o poder público e com o Estado brasileiro”.

Foi isso que me sensibilizou, a lucidez da formulação. Porque, muitas vezes, temos simpatia por uma demanda, mas ela vem acompanhada de um discurso autorreferente que não é capaz de se situar junto com outras.

Então, eu queria compartilhar esta homenagem com elas, pois foram elas que me sensibilizaram para que a dança tivesse, de fato, um espaço institucional próprio.



Acho que a cultura precisa compreender a importância da institucionalização, que não precisa se confundir com a cotação das manifestações artísticas culturais, pelo contrário (Palmas), a institucionalização saudável é quando o Estado Democrático, obviamente, compreende que as manifestações culturais da sociedade são soberanas em relação às organizações do Estado, têm sua dinâmica própria, sua necessidade de expressão, seu senso crítico e, portanto, precisa de autonomia e independência para vitalizar o Estado com suas informações, suas demandas e seus processos. Então, esta é a relação saudável.

O Brasil não tem uma boa tradição democrática. O Estado tem um viés autoritário, perverso de cooptação permanente das manifestações, não só culturais, mas das manifestações da sociedade em geral. Às vezes, chega-se a um delírio tão grande que fazem as coisas para serem uma espécie de totens, para dizer: “Olhe como sou bom! Olhe o que construí.”

Quando vou ao Rio de Janeiro, sempre passo perto daquele elefante branco que construíram lá. Só a manutenção já é absolutamente inviável, e era uma demanda de totem. O governante da época queria ter...

Isso se repete com muita frequência, talvez não com aquele gigantismo.

Mas o Estado é autorreferente. Os que operam o Estado, muitas vezes, esquecem-se que são uma pequena parte de um todo social complexo e que, aqui, é uma Nação com demandas, vontades, tradições, desejos de expressão.

Digo isso porque teve um outro aspecto que me sensibilizou naquele momento em que estávamos iniciando a construção de políticas públicas para a cultura. Quando chegamos ao ministério, o governo federal nunca havia tratado da sua relação com o mundo da cultura através de políticas públicas, nem sabia o que era. Lembro-me da primeira reunião que tivemos, e Gil, de uma forma provocativa, perguntou “o que são políticas públicas? Ouço muito, mas não sei o que são”. Quase ninguém sabia o que era política pública, tivemos que fazer alguns seminários sobre por que o Estado precisa desenvolver políticas públicas para que, de fato, tenha uma relação democrática, respeitosa e possa atender às demandas e necessidades da sociedade.



A institucionalização é isso, é ser reconhecido como parte da cultura brasileira que precisa ter atendimento, que não é favor do governante de plantão, mas uma parte importante da construção da sociedade brasileira.

Estamos vivendo um excelente momento no Brasil. Evidentemente, carregamos 500 anos de descaso, de desigualdade, de crueldade, as mazelas brasileiras são muito profundas. Mas não é só isso. O Brasil é um país de uma singularidade, diante das outras nações, que é respeitada no mundo inteiro. Essa singularidade advém, exatamente, da capacidade que esse povo tem de transformar suas tragédias e mazelas estruturais em grandeza, em profundidade, em humanidade, e acho que a dança está no centro disso.

Uma das pessoas que se expressaram antes de mim, perguntou por que não há recursos para a dança e por que ela não tem o reconhecimento, apesar da sua grandeza. Porque está no centro da disputa civilizatória que se dá o tempo inteiro no Brasil. O trabalho dos modernistas no Brasil foi chamar a atenção para essa singularidade cultural brasileira e mostrar que não éramos periferia da Europa. Éramos produto da expansão europeia, do colonialismo europeu, mas, fruto da nossa própria história, havíamos nos transformado em outra coisa que não apenas a periferia, e era preciso reconhecer essa grandeza. Darci Ribeiro retoma isso e chega a dizer que somos a primeira possibilidade de uma civilização tropical e mestiça.

Os tropicalistas retomam isso, escrachando o senso de bom gosto que costumava ter referência nos valores culturais europeus, que a elite mimetiza aqui de uma forma, às vezes até, beirando o ridículo, na tentativa de ser uma parte de algo que não é, e deixa de ser o que de fato é.

Uma das coisas mais fundamentais do Brasil que, às vezes, passa despercebida para todos nós, é que o corpo não foi domesticado no Brasil. A civilização ocidental cristã não conseguiu realizar completamente o seu projeto no Brasil. Essa domesticação do corpo atendia às necessidades do processo econômico, a sociedade industrial necessita neutralizar todas as dimensões singulares das pessoas para que possam, de fato, ser bons operários e



trabalhar as tecnologias. Charles Chaplin ridiculariza essa dimensão alienante que a sociedade industrial tem, naquele filme dele mais famoso.

Mas não é só isso. Há um medo da sensualidade, há um medo do corpo. A sociedade ocidental cristã vive da repressão dos instintos mais fundamentais dos seres humanos. Uma vez, chamando atenção sobre isso para Gilberto Gil, ele disse que eu tinha razão e que talvez o fato de não termos sido submetidos a essa lógica, capacite-nos a ser o grande país da sociedade pós-industrial, pois agora a criatividade, a capacidade de singularizar dentro da coletividade humana será fundamental para garantir o desenvolvimento de uma sociedade de conhecimento, de uma sociedade criativa, de uma sociedade pós-industrial. A dança é a maior expressão dessa capacidade que o povo brasileiro tem e teve de resistir a essa domesticação.

Digo isso mas, ao mesmo tempo, compreendo que estamos vivendo um dos melhores momentos da história brasileira, estamos crescendo economicamente. Mesmo que a crise internacional afete, temporariamente, a taxa de crescimento, o Brasil tem o potencial de passar adiante dessa crise, inclusive, porque está tomando consciência de que não basta exportar commodity agrícola e mineral, é preciso construir uma economia interna, uma economia baseada no mercado interno e em atividades que tenham valor agregado, não apenas na exportação de matérias-primas, exaurindo recursos naturais e dependendo que os chineses consumam mais para que a gente tenha uma maior taxa de desenvolvimento.

Acredito que a grande contribuição do presidente Lula foi ter transformado o combate à desigualdade social, à exclusão numa luta complexa. Não é apenas uma luta ética, uma luta de justiça social, é uma luta também para construir a possibilidade de um Brasil contemporâneo baseada no seu mercado interno, na sua autonomia. Nós somos um dos maiores mercados internos do mundo, nós temos a terceira língua ocidental mais falada do mundo, exatamente pelo tamanho e pela importância do Brasil.

Até pouco tempo, o mercado interno brasileiro era do tamanho da Inglaterra, aquela ilhazinha do mar do Norte. Quer dizer, é inacreditável como a gente se acomodou com a exclusão de milhões de pessoas, no Brasil, e constituiu uma economia exportadora e



um mercado interno medíocre. A dimensão de justiça social ganhou um componente maior, que é um fator de desenvolvimento do Brasil. O Brasil, hoje, está entre a 5ª e a 6ª economia do mundo, é um protagonista na construção de um mundo multipolar.

Há um interesse geral, no mundo... Nos dois últimos anos, eu morei na Espanha e percebi que há um interesse mundial pelo Brasil. Eles querem saber como nós somos, percebem a nossa singularidade cultural, e esse é um fator importante.

Por que eu digo que a dança está no centro? Porque há duas características culturais que nos destacam no mundo. Uma dessas características quem melhor formulou foi a que seria a ministra da cultura da Bélgica – não é ministra, mas tem a função de ministra da Cultura. Ela me visitou em Brasília, quando eu era ministro, e convidou o Brasil para ser o País homenageado no maior evento do seu País, um dos maiores eventos culturais da Europa. Eu, provocativamente, perguntei a ela: venha cá, por que os europeus estão tão interessados no Brasil? O que há em nós que desperta tanto interesse? Ela disse uma coisa incrível: “O máximo que nós conseguimos, na Europa, foi propor a tolerância, e vocês, não, parece que extraem prazer da diferença. A gente quer aprender com vocês. O Brasil é superior a Europa no item convivência humana, porque vocês exercitam a mestiçagem cultural, vocês convivem com as religiões e as matrizes culturais mais diferentes possíveis, constituindo um todo comum que unifica este grande País.” Esse é um aspecto.

Quem melhor verbalizou o outro aspecto foi um grande teatrólogo alemão que passou, aqui, na Bahia, convidado pelo Teatro Castro Alves – se não me engano, o programa chamava-se *Te Pego Pela Palavra* –, não me lembro o nome dele. Ele, depois de uma semana na Bahia, deu uma entrevista ao Jornal *A Tarde* e disse uma coisa incrível: “Eu sempre ouvi falar do Brasil como um País musical e a Bahia, por excelência, como um Estado musical, mas vocês não são musicais, vocês são dançarinos. Ele começou a verbalizar as observações que ele tinha feito andando na rua, como as pessoas se movem, basta passar um som que já tem alguém se mexendo e ele disse que isso não existia mais na Europa. Hoje uma parte da luta cultural da Europa é recuperar essa capacidade básica de fazer com que uma linha unifique tudo, indo até a cabeça, mas sem perder nenhum dos elos mais fundamentais dessa



condição humana, o lado animal, sensorial, sensitivo, racional, afetivo e todas as dimensões integradas e o corpo falando claramente.

Nesse momento de reafirmação do Brasil, a dança está no centro da questão, porque apesar de estarmos crescendo economicamente, construindo uma democracia e incluindo milhões de pessoas, vindo também da base da sociedade, algumas tendências negativas no sentido de tentar domesticar essa dimensão cultural tão generosa do povo brasileiro. Domesticar o corpo, criminalizar o sexo e a sensualidade, dar uma dimensão de periferia da Europa ao povo brasileiro e ao povo baiano.

Acho que a dança está no centro da questão e tem que se vê politicamente. Talvez a linguagem do corpo nesse momento que o Brasil está vivendo, seja mais importante do que qualquer texto sobre esse tema. É preciso orgulho corporal.

Outro estrangeiro também que percebeu isso, foi o grande filósofo francês Michel Foucault, esteve aqui na Bahia e depois de uns dias ele deu uma entrevista num tabloide aqui, acho que era *Boca do Inferno*, em que ele disse que já havia trabalhado na África, que conhecia o Caribe e todos os continentes do mundo, mas que nunca tinha visto como viu aqui na Bahia, pobre com orgulho corporal.

Isso é um patrimônio de vocês, ou seja, as evidências são muito grandes de um matricial cultural muito forte, que em parte vem dessa história nossa da presença africana, indígena e de povos europeus que foram constituindo uma realidade que precisamos defendê-la, ampliá-la e garantir que tudo que seja brasileiro tenha esse matricial como elemento importante. Devemos rechaçar explicitamente todas as tentativas de domesticarmos e nos transformar em algo parecido com um ambiente onde o Conde Drácula passou 15 minutos antes e tomou a sua dose de sangue.

Temos que defender a nossa vitalidade, a nossa sensualidade, a nossa cultura corporal, a nossa dança em todas as suas manifestações. Eu não sinto necessidade de falar o que seria a política pública de dança, porque foi muito bem falado aqui e até peguei o documento que foi lido pelo deputado e quero parabenizar, mais uma vez, pela ideia dessa homenagem à dança, que é um elemento central da cultura baiana e que precisa ter força



suficiente na formação, na presença, no acesso a recursos e esse apoio da Assembleia Legislativa e do deputado, é fundamental para que se avance nisso.

Mas eu queria também o seu discurso porque é um discurso programático, e como estou na cidade de São Paulo como secretário de Cultura, gostaria de levar porque vou fazer uma audiência com a dança. Já fiz com o cinema, já tive uma primeira conversa com as pessoas da dança de São Paulo. Criei um programa na secretaria que se chama “ Existe diálogo em SP”. Todas as pessoas que recebi nos primeiros 15 dias, em algum momento diziam que era preciso abrir o diálogo, São Paulo não tem diálogo, daí me lembrei da música do Crioulo que diz, *não existe amor em São Paulo*, que virou uma manifestação de mais de sessenta mil pessoas dizendo “existe amor em São Paulo”. Aí eu disse: então vamos criar um programa “Existe diálogo em São Paulo.” Está sendo genial. Já dialoguei com Hip Hop, passei o final de semana passado na periferia de São Paulo dialogando, já fiz com cinema, com o pessoal do carnaval, que apanha até hoje. O carnaval de bloco em São Paulo é praticamente proibido. A turma saí, mas apanha da polícia.

Então, esse diálogo está dando possibilidade para que todos os segmentos culturais venham à tona e ganhem o protagonismo que precisam ter na esfera pública e nessa dinâmica de construção de uma São Paulo contemporânea, mas, a repressão é muito forte.

Ontem à noite, já estava em Salvador, e recebi a notícia de que a Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo aprovou um projeto de lei, em primeira instância, criminalizando o Funk sob a alegação de que nos bailes funk's os traficantes distribuem drogas. É um escândalo isso.

Tudo o que acontecer naquele ambiente onde o estado é absolutamente ausente, evidentemente, que os traficantes vão estar presentes. Mas isso não justifica proibir um gênero musical que é, hoje, o principal lazer da juventude da periferia de São Paulo (Palmas).

Olhem! É um baile. Estão proibindo um baile. Vejam como a dança está no centro da questão. Então, precisamos refletir sobre isso, fortalecer a dança como linguagem eminentemente brasileira, em todas as suas manifestações, sem nenhuma discriminação,



como foi apresentado pelos jovens que dançaram balé clássico, dança moderna e todas as suas possibilidades e disponibilizar nas escolas o acesso à dança, não sob o ponto de vista profissionalizante, mas sob o ponto de vista de contato com a linguagem, com o mundo da cultura, com o deleite estético.

Gostaria de levar o seu discurso porque é um programa para a dança.

Termino dizendo “Quem não dança, dança.”

Então, vamos todos dançar porque ninguém é de ferro. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5300-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Suki Vilas Boas

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradeço ao profundo discurso do Secretário de Cultura da cidade de São Paulo. Nosso ex-ministro.

Um discurso, sem dúvida nenhuma, profundo e que contribuirá para a construção, seguindo esse processo civilizatório da nossa sociedade. Uma sociedade em que, sem dúvida, temos que lutar para ser mais igual, democrática e plural.

Antes de encerrar, quero registrar presença da deputada Luiza Maia. Agradecer a todas as dançarinas e dançarinos por esta semana inédita e tão bela aqui nesta Casa.

Portanto, muito obrigado a vocês.

A Sr^a Suki Vilas Boas:- Presidente, há outras pessoas que querem falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Não vamos encerrar para que outras pessoas possam falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a professora Suki Vilas Boas.

A Sr^a SUKI VILAS BOAS:- Nós falávamos, durante a organização, que embora seja uma Sessão Solene, essa plenária é de uma importância enorme.

Se alguém quiser se manifestar, pode fazê-lo agora.

Eu vou, de certa forma, também aproveitar este momento para pedir a Matias uma sugestão de fórum de dança. Nós temos discutido muito sobre esta relação de conversa com o governo do estado. Sentimos muita falta das reuniões setoriais.

O colegiado não substitui essas reuniões setoriais. O colegiado não substitui essas reuniões setoriais. A gente entende que ele inclusive passa por um momento de muitas especificidades e muita necessidade de se voltar para seu processo interno. Claro que a participação da sociedade neste momento é importantíssima, e é maravilhoso que essas



reuniões sejam abertas. Mas nada substitui as reuniões setoriais. Fica aqui o pedido do Fórum de Dança.

Este ano o Fórum de Dança estabeleceu dois diálogos: um com o Estado, que é este aqui - quero agradecer a todos; e o outro com o município, que será amanhã, quando tentaremos discutir a educação, porque hoje também eu quero registrar a ausência da Secretaria da Educação, que foi convidada mas não compareceu.

Muito obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)



5301-III

Ses. Esp. 25/04/13

Or. Cláudio Antônio

O Dia Internacional da Dança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Já que a professora quebrou o protocolo de forma tão suave, vamos permitir mais duas falas, aproveitando a presença do nosso secretário.

Dois minutos, professor Cláudio Antônio

O Sr. CLÁUDIO ANTÔNIO:- Bom-dia a todos. Sou Cláudio Antônio, pedagogo e graduado também em Dança. Quero cumprimentar o Sr. Marcelino Galo pelo evento, toda a Mesa presente e o Sr. Juca Ferreira.

Gostaria de fazer algumas observações de coisas que me inquietam em relação à educação. Por exemplo, nós arrecadamos 5,4% do PIB para a educação. Economistas dizem que é o suficiente para se manter uma educação de qualidade. Enquanto reivindicam 10%, 5,4% seriam suficientes em relação a países desenvolvidos como o Japão e a Austrália, que aplicam 2,8% a 3%. Então, penso que é importante que haja uma fiscalização na distribuição e aplicação dessas verbas para uma educação realmente de qualidade.

Há alguns projetos que igualmente inquietam muito, como, por exemplo, o do deputado Tito Vale, que explicita que filhos de políticos e funcionários públicos estudem em escolas públicas. Eu acho muito problemático porque, na verdade, a escola pública teria que se equiparar em nível de qualidade às escolas particulares, e todos têm o direito de escolha. Então, acho que isso não resolve o problema.

Outra questão que acho importante colocar está em votação, mas ainda não foi colocada. É a extensão do 14º salário dos deputados e senadores, que no total são quase 12, 13 milhões arrecadados só no passado, e acho que esse dinheiro injetado na cultura vai fazer muita diferença. Portanto, é muito importante.

Outro tema que gostaria de também ressaltar são os pontos de cultura da deputada Jandira, do PCdoB do Rio de Janeiro, um projeto excelente com a intenção de fomentar 3



mil desses pontos no Brasil. Acho que aqui na Bahia são urgentes os pontos de cultura, um em cada bairro. Seria interessante pensar numa frente parlamentar que vá ao encontro dessas necessidades do povo baiano, fomentando a arte, a cultura e a educação duma forma mais eficaz.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 25/04/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, companheiro.

Agora, encerrando, sem dúvida nenhuma esta semana vai contribuir muito para os trabalhos nesta Casa, e aí os deputados que não apoiarem as políticas públicas para a dança vão dançar. (Risos!)

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço as presenças das autoridades civis, militares, eclesiásticas, das Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas e mais uma vez das dançarinas e dançarinos.

Está encerrada a presente sessão. Viva a dança! Viva a Bahia! Juca, leve o nosso abraço ao nosso prefeito Fernando Haddad.

Um abraço a todos vocês.